

para
Texto

discussão

ÍNDICE DE OPORTUNIDADE HUMANA (IOH) NO DISTRITO FEDERAL

Flávio de Oliveira Gonçalves
Keli Rodrigues de Andrade
Danielle Valverde
Thiago Mendes Rosa

nº 3/abril de 2015
ISSN 2446-7502

ÍNDICE DE OPORTUNIDADE HUMANA (IOH) NO DISTRITO FEDERAL

Flávio de Oliveira Gonçalves¹

Keli Rodrigues de Andrade²

Danielle Valverde³

Thiago Mendes Rosa⁴

Brasília-DF, abril de 2015

¹ Flávio de Oliveira Gonçalves - diretor de Estudos e Políticas Sociais (DIPOS/Codeplan).

² Keli Rodrigues de Andrade - gerente de Estudos e Análises de Proteção Social (GEPROT/DIPOS/Codeplan).

³ Danielle Valverde - técnica da Gerência de Estudos e Análises de Proteção Social (GEPROT/DIPOS/Codeplan).

⁴ Thiago Mendes Rosa - técnico da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DIPOS/Codeplan).

Texto para Discussão

Veículo de divulgação de conhecimento, análises e informações, sobre desenvolvimento econômico, social, político, gestão e política públicas, com foco no Distrito Federal, na Área Metropolitana de Brasília (AMB) e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) e estudos comparados mais amplos, envolvendo os casos acima.

Os textos devem seguir as regras da [Resolução 143/2014](#), que regem o Comitê Editorial da Codeplan, e não poderão evidenciar interesses econômicos, político-partidários, conteúdo publicitário ou de patrocinador. As opiniões contidas nos trabalhos publicados na série Texto para Discussão são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, de qualquer maneira, o ponto de vista da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan.

É permitida a reprodução parcial dos textos e dos dados neles contidos, desde que citada a fonte. Reproduções do texto completo ou para fins comerciais são proibidas.

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan

Texto para Discussão

TD - n. 3 (2015) - . - Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2015.

n. 3, abril, 29,7 cm.

Periodicidade irregular.

ISSN 2446-7502

1. Desenvolvimento econômico-social. 2. Políticas Públicas
3. Área Metropolitana de Brasília (AMB). 4. Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).
I. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. II. Codeplan.

CDU 338 (817.4)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Rodrigo Rollemberg
Governador

Renato Santana
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAG**
Leany Barreiro de Sousa Lemos
Secretária

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN
Lucio Remuzat Rennó Júnior
Presidente

Antônio Fúcio de Mendonça Neto
Diretor Administrativo e Financeiro

Bruno de Oliveira Cruz
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Flávio de Oliveira Gonçalves
Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Aldo Paviani
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. MÉTODO DE CÁLCULO.....	9
2.1. Especificação das variáveis e da base de dados	10
3. ESTIMAÇÃO E RESULTADOS PARA O IOH.....	12
4. CONCLUSÕES.....	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23
ANEXOS.....	25

1. INTRODUÇÃO

O conceito de justiça social fundamenta a Constituição Federal do Brasil. Isto significa que o Estado deve atuar, sistematicamente, promovendo a diminuição de desequilíbrios sociais e fomentando a igualdade de todos os brasileiros no que se refere à liberdade, à dignidade e às oportunidades (Junkes, 2012)⁵.

Estudar a desigualdade, no entanto, não é tarefa simples, pois, assim como outras temáticas sociais, este é um fenômeno que abarca uma gama de elementos, caracterizados por relações e dependências mútuas, dentre os quais a própria conceituação de justiça social. A temática envolve diversos campos disciplinares, tendo diferentes explicações para suas origens, causas e efeitos, o que reflete também em múltiplos enfoques: desenvolvimento econômico, pobreza e estratificação social, relação entre liberdade e igualdade e concepções de sociedade justa (Lima, 2011)⁶.

O índice de Gini, que avalia a desigualdade de renda, indica que o grau de desigualdade no Brasil é bastante significativo. Segundo dados do Ipea⁷, em 2013, o Gini brasileiro foi de 0,527, enquanto no Distrito Federal foi de 0,578. A desigualdade no Distrito Federal fica explícita na convivência muito próxima entre grupos com condições socioeconômicas diferenciadas. A figura 1 ilustra essa desigualdade, na qual se observa uma clara divergência nas condições de infraestrutura urbana de cada lado da “Rua do Muro”⁸.

Figura 1 – Trecho da Região Administrativa Itapoã/DF



Fonte: Geo Serviço/Codeplan

⁵ Junkes, S. L: A justiça social como norma constitucional (2012). Conforme nota do autor, o artigo é uma adaptação de um capítulo de “Defensoria Pública e o Princípio da Justiça Social”, publicação do ano de 2005, Editora Juruá - Curitiba.

⁶ Lima, M. In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 24, n. 2

⁷ Ipeadata, disponível no sítio do Instituto Pesquisa Econômica Aplicada/Ipea (<http://www.ipeadata.gov.br>). Acesso em 09/04/15.

⁸ A expressão “Rua do Muro” é utilizada informalmente para indicar a delimitação entre o Condomínio Mansões Entrelagos, de maior poder aquisitivo e infraestrutura urbana, e o restante da RA Itapoã.

As contradições e desigualdades sociais podem ser justificáveis enquanto resultado de escolhas e ações individuais, em especial pelo empenho de cada pessoa ante ao espectro de oportunidades disponíveis, obtendo os melhores resultados aqueles que demonstram maiores habilidades e esforços na busca de um determinado objetivo. Seguindo esta lógica:

“(...) supondo que haja uma distribuição de dons naturais, aqueles que têm o mesmo nível de talento e habilidade e a mesma disposição para usar esses dons deveriam ter as mesmas perspectivas de sucesso, independentemente de sua classe social de origem, a classe em que nasceram e se desenvolveram até a idade da razão” (Rawls, 2003. P.61-62).

Não obstante, como o próprio Rawls já havia problematizado em *“Theory of justice”* (1971), dentro do contexto social nem todas as pessoas acessam às oportunidades da mesma maneira. Existem características que estão além da vontade individual, tais como a origem e a posição social, que interferem nas possibilidades e escolhas dos indivíduos. Dessa forma, se o esforço individual pode ser considerado como um componente justo da desigualdade, existem outras condições que a afetam de uma maneira socialmente injusta, e.g. as circunstâncias.

A diferenciação entre desigualdade social socialmente justa e injusta advém da abordagem denominada *desigualdade de oportunidade*, delineada, além de John Rawls, por autores como Sen (1985) e Roemer (1996, 1998). Segundo esta linha, a desigualdade seria resultante da combinação de dois componentes que, embora diversos, são inter-relacionados, a saber:

- a) as *circunstâncias* – compostas por características imputadas aos indivíduos, ou seja, que independem da sua vontade, e, por isso mesmo, são impossíveis de serem alteradas por eles. Destacam-se, por exemplo, as características de sexo, raça/cor, local de nascimento, escolaridade dos pais etc.;
- b) o *esforço* – elemento intrínseco a cada indivíduo, ou seja, pelo qual cada um tem responsabilidade e, conseqüentemente, governabilidade (Dill e Gonçalves, 2012).

Quando em uma sociedade, os resultados obtidos pelos indivíduos (renda, acesso a bens e serviços, etc.) sofrem interferência não apenas do componente esforço mas também das circunstâncias, configura-se a desigualdade de oportunidades. Ao analisar dados da PNAD, Abramo traz um exemplo empírico de como determinadas características imputadas aos indivíduos compõem a estrutura do universo das desigualdades por eles vivenciadas:

“em qualquer indicador social considerado — educação, emprego, trabalho, moradia etc — existe uma desvantagem sistemática das mulheres em relação aos homens, e do conjunto de negros de ambos os sexos em relação aos brancos. Essa desvantagem é especialmente marcada no caso das mulheres negras” (2004, p. 17).

Vale destacar que, além do impacto nos resultados individuais, a desigualdade reflete na redução da capacidade de crescimento econômico do país, na medida em que:

“restringe as capacidades de amplos segmentos da população, dificulta a formação de capital humano e limita suas possibilidades de dedicação às atividades produtivas” (PNUD, 2010, p.23).

Conforme salienta Barros *et al.* o Brasil tem como um desafio historicamente posto o enfrentamento de:

“uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania” (2000. p. 123).

Assim, embora tenha apresentado melhorias expressivas em seus indicadores sociais, em especial na década de 2000, o país ainda figura entre aqueles com maiores índices de desigualdade social do mundo (ONU habitat, 2014; Ipea, 2012, Figueiredo *et al.* 2012, Neri, 2010).

Diante de tal problemática, uma série de estudos foi desenvolvida buscando definir uma medida de desigualdade de oportunidades, considerando tanto as circunstâncias quanto os esforços. Ao considerar que os impactos relativos aos esforços não são observáveis, Barros *et al.* (2008) elaboraram um índice de igualdade de oportunidades, que isola em sua formulação apenas os efeitos das circunstâncias no acesso às oportunidades. Segundo os autores, este instrumento analítico é intitulado Índice de Oportunidade Humana (IOH):

“(...) es una medida sintética para la desigualdad de oportunidades en los servicios básicos para los niños. (...) el Índice de Oportunidades Humanas reúne en un indicador compuesto los dos elementos: i) cuantas oportunidades están disponibles, es decir, la tasa de cobertura de un servicio básico, y ii) qué tan equitativamente están distribuídas estas oportunidades, es decir se la distribución de dicha cobertura está relacionada con circunstancias exógenas” (2008, p.17).

Dadas as dificuldades de observação de variáveis relativas aos esforços individuais (não observáveis), a alternativa encontrada por Barros *et al.*, para criação de seu IOH, foi a utilização de informações referentes a crianças e adolescentes entre 0 e 16 anos. Isto porque, ao contrário de um adulto, pessoas nesta faixa etária não têm condições de serem responsabilizadas pelos esforços empregados no alcance de um determinado resultado ou oportunidade (bem ou serviço). Desta forma, crianças e jovens não poderiam ter seu acesso à determinada oportunidade penalizado, tendo como base seu esforço em alcançá-lo.

No estudo inicial de Barros *et al.* (2008), o Índice de Oportunidade Humana foi gerado e comparado entre 19 países da América Latina e Caribe entre os anos de 1995 e 2005, tendo sido adotadas cinco variáveis de oportunidades básicas: completar a 6ª série em idade correta; estar na escola entre 10 e 14 anos e ter acesso a: água potável; eletricidade e saneamento. Os autores argumentam que a implementação de políticas de redução da desigualdade de oportunidades deve compreender, de forma clara, quais circunstâncias exógenas interferem injustamente no acesso aos serviços básicos. Assim, as análises mostraram que, em 17 dos 19 países estudados, a circunstância mais relevante para a conclusão do sexto ano em idade correta foi o nível de escolaridade do pai ou da mãe. O local de residência (rural ou urbano) foi um dos fatores mais relevantes para explicar o acesso à água em 17 países e à eletricidade em 15.

Outra importante forma de considerar a desigualdade de oportunidade, apresentada pelo referido estudo, seria a identificação das características dos grupos mais desfavorecidos, criando *perfis de oportunidade*. Com relação às oportunidades econômicas identificou-se, por exemplo, que, no Brasil, os 10% mais pobres são não brancos:

“esto mostraria que la etnicidad es una circunstancia clave, que siendo exógena a la persona, define su pertenencia a los estratos más pobres” (Barros, *et al.*, 2008, p. 34).

Em recente estudo, intitulado *“Igualdade de oportunidades entre os estados Brasileiros: uma análise microeconômica com base nos dados da PNAD 2009”* Dill e Gonçalves (2013) mensuraram o Índice de Oportunidade Humana para os estados brasileiros. Como variáveis de oportunidade, foram analisados os acessos à água, à energia, ao saneamento e à sexta série completa em idade correta, para indivíduos até 16 anos. Dentre os resultados obtidos, destaca-se o achado relativo à raça/cor: as pessoas que se auto-declararam brancas apresentaram até 91% mais chances de acesso a todas as oportunidades analisadas, se comparadas às não brancas.

O presente estudo visa, de maneira semelhante ao realizado por Dill e Gonçalves (2013), construir e analisar o IOH para as 31 Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal. Utiliza-se como fonte de dados a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2013, da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). Este trabalho demonstra sua relevância, ao promover a PDAD enquanto instrumento de planejamento e decisão governamental, sendo fonte de dados atualizados sobre o perfil socioeconômico dos moradores do Distrito Federal, e, também, por se tratar de iniciativa inédita, de identificar o impacto de determinadas características circunstanciais da população do DF, no acesso a bens e serviços públicos, por meio do IOH.

Como principais conclusões da análise ora realizada, aponta-se o fato de haver considerável influência do local de moradia (RA) no acesso às oportunidades aqui tratadas. A oportunidade saneamento, por exemplo, tem uma variação de mais de 80% em seu índice de dissimilaridade, quando incluídas as RA de residência no modelo. De um modo geral, os IOHs do DF são bastante elevados, estando a maior parte acima de 90 pontos. Apenas quatro RAs apresentaram IOHs abaixo deste valor, sendo o menor deles registrado pela Fercal (78,3). Os resultados mais positivos, por sua vez, foram registrados no Sudoeste/Octogonal, cujo IOH Geral chegou a 99,8. Outro ponto relevante está relacionado à influência do esgotamento sanitário nos resultados obtidos, pois algumas RAs de elevado poder aquisitivo, em especial Jardim Botânico e Lago Norte, alcançaram IOHs menores, influenciados, especialmente, pela alta dissimilaridade observada, bem como pelo número de residências que não estão ligadas à rede geral de água e esgoto, fazendo uso de poços artesianos e fossas sépticas.

Após esta breve Introdução, o estudo se organiza da seguinte maneira: a seção 2 apresenta as metodologias de cálculo empregadas para construção do IOH e as especificações da base de dados e das variáveis utilizadas. A seção 3 traz a estimação e os resultados obtidos para o IOH, para o índice de dissimilaridade e para as taxas de cobertura de cada um dos quatro serviços. Finalmente, a seção 4 apresenta as conclusões do trabalho.

2. MÉTODO DE CÁLCULO

O IOH é um índice composto pelo acesso geral à uma determinada oportunidade (\bar{p}) – a taxa de cobertura, ponderado pela distribuição desta oportunidade entre os diferentes grupos (D) – a dissimilaridade. A equação 1 expressa o IOH:

$$\text{IOH} = \bar{p} (1-D) \quad (01)$$

Desta forma, considerando o acesso à uma determinada oportunidade, o IOH desconta da sua taxa de cobertura o quanto essa oportunidade está desigualmente distribuída. Os resultados são expressos numa variação entre 0 e 1, na qual quanto mais perto de 1 o índice for, maior é o acesso da pessoa à oportunidade.

A taxa de cobertura é calculada a partir da probabilidade (P) de uma pessoa ter acesso ($A = 1$) à determinada oportunidade, considerando algumas de suas características circunstanciais. A equação 2 expressa probabilidade:

$$P(A = 1 | x_{ik}) \quad (02)$$

Onde x_{ik} é um vetor de características circunstanciais k dos indivíduos i , com $i = 1, \dots, n$ e $k = 1, \dots, m$. Caso a pessoa não tenha acesso a oportunidade, $A = 0$. A partir destas condições, utiliza-se uma regressão logística de modo a se estimar os parâmetros da função. Formalmente:

$$\frac{P(A = 1 | x_{ik})}{1 - P(A = 1 | x_{ik})} = e^{\beta_0 + \beta_k x_{ik}} \quad (03)$$

O resultado da equação 3 não fornece a probabilidade propriamente dita. Assim, a probabilidade individual é obtida por:

$$p_i = \left(\frac{e^{\beta_0 + \beta_k x_{ik}}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_k x_{ik}}} \right) \quad (04)$$

Uma vez calculadas as probabilidades de acesso à oportunidade, a taxa de cobertura (\bar{p}) é obtida através da média aritmética simples dessas probabilidades para a população (N). Em termos matemáticos:

$$\bar{p} = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^n p_i \quad (05)$$

A taxa de cobertura \bar{p} varia entre 0 e 1, na qual quanto mais próxima da unidade for a taxa, maior é a cobertura.

Todavia, existem desigualdades entre as pessoas que fazem com que a taxa de cobertura não seja distribuída de maneira aleatória, i.e. igualitária, para todas as pessoas. As características circunstanciais das pessoas fazem com que as oportunidades sejam distribuídas de maneira desigual. Assim sendo, faz-se necessário incorporar um índice de dissimilaridade ao cálculo do IOH, de modo a se considerar as diferenças de acesso às oportunidades, dadas as características (condições) pessoais.

O índice de dissimilaridade utilizado foi:

$$D = \frac{1}{2\bar{p}} \sum_{i=1}^n \frac{1}{N} |p_i - \bar{p}| \quad (06)$$

O índice de dissimilaridade D , a exemplo da taxa de cobertura, também varia entre 0 e 1. Entretanto, neste caso, quanto mais próximo a 1, mais desigual é o acesso à oportunidade, ao passo que quanto mais próximo a 0, mais igualitário é o acesso.

Finalmente, o IOH é obtido através da equação (01). Em uma interpretação mais direta, o componente $(1-D)$ retira da taxa de cobertura o percentual da oportunidade que não é distribuído de maneira igualitária. Ou seja, o IOH é resultado da ponderação da taxa de cobertura pela dissimilaridade existente. Manipulando a equação (01), tem-se:

$$IOH = \bar{p}(1 - D) \Rightarrow IOH = \bar{p} - (\bar{p}D) \Rightarrow IOH = \bar{p} - P \quad (07)$$

Onde $P = \bar{p}D$, sendo P justamente o desconto da cobertura em função da dissimilaridade. No caso de D ser igual a zero, i.e. não existe desigualdade alguma de distribuição, o IOH é simplesmente a taxa de cobertura da oportunidade.

2.1. Especificação das variáveis e da base de dados

Neste estudo utilizou-se a base de dados oriunda da PDAD 2013, e seguiu-se a metodologia de Barros, *et al.* (2008), que observa apenas os efeitos das circunstâncias no acesso às oportunidades.

Como a PDAD não fornece informações acerca da série que as crianças estão cursando, mas apenas o nível de escolaridade, foi necessário realizar uma adaptação da dimensão que mensura a oportunidade de escolaridade. Ao invés de utilizar a defasagem idade série para o sexto ano, foi utilizada a defasagem idade-ciclo, que consiste em identificar as crianças de 4 a 6 anos fora da escola⁹ e os adolescentes entre 15 e 17 anos que não possuíam o ensino fundamental completo. Apesar desta medida subestimar a defasagem real, ela ainda consegue capturar, em certa medida, a defasagem existente. A escolha de se ampliar a idade considerada no estudo (17 anos, ao invés de 16) se deve ao fato das limitações dos dados disponíveis na PDAD.

⁹ Conforme a Lei nº 12.796, de 05/04/2013, torna obrigatória a matrícula das crianças na educação básica a partir de 4 anos de idade. No entanto, os estados e os municípios têm até 2016 para garantir a oferta das vagas.

Foram analisadas quatro oportunidades, tomadas como variáveis dicotômicas: defasagem idade-ciclo, acesso à eletricidade (rede geral), acesso à água canalizada em pelo menos um cômodo (rede geral) e acesso ao saneamento (rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica)¹⁰. As pessoas que tinham acesso à oportunidade assumiam valor 1. Para a variável idade-ciclo, quem não apresentava a defasagem assumiu o valor 1.

Barros, *et al.*, (2008) apontam que variáveis relativas à escolaridade em idade correta, acesso à água potável, ao esgoto tratado e à eletricidade são geralmente aceitas como serviços básicos para os quais se aspira cobertura universal. Na mesma linha, Souza *et al.* (2010) destacam que, embora a literatura sobre a desigualdade de oportunidades no Brasil ainda seja restrita, as variáveis relativas à idade, educação [educação do pai ou mãe], setor de atividade, região geográfica e cor sobressaem como explicativas para desigualdade de condições, em especial de rendimentos.

Neste estudo, para determinar o acesso às oportunidades, considerando apenas as variáveis que fogem ao controle das pessoas, foram utilizadas as seguintes características: sexo da pessoa (1 para masculino), raça da pessoa (1 para brancos¹¹), sexo da pessoa de referência (1 para masculino), presença da mãe, escolaridade da pessoa de referência (em níveis de ensino, em termos quadráticos), a renda domiciliar per capita (em logaritmo natural)¹² e o número de moradores no domicílio.

De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), as Regiões Administrativas integram sua estrutura administrativa e só podem ser criadas ou extintas mediante Lei Distrital. Essa organização tem o objetivo de melhorar a utilização dos recursos financeiros e garantir a maior descentralização administrativa. Embora a LODF estabeleça que deverá ser previsto em lei a participação popular no processo de escolha dos administradores regionais, até o momento eles são indicados pelo governador do Distrito Federal.

Atualmente, as 31 Regiões Administrativas do Distrito Federal são: (I) Brasília, (II) Gama, (III) Taguatinga, (IV) Brazlândia, (V) Sobradinho, (VI) Planaltina, (VII) Paranoá, (VIII) Núcleo Bandeirante, (IX) Ceilândia, (X) Guará, (XI) Cruzeiro, (XII) Samambaia, (XIII) Santa Maria, (XIV) São Sebastião, (XV) Recanto das Emas, (XVI) Lago Sul, (XVII) Riacho Fundo, (XVIII) Lago Norte, (XIX) Candangolândia, (XX) Águas Claras, (XXI) Riacho Fundo II, (XXII) Sudoeste/Octogonal, (XXIII) Varjão, (XXIV) Park Way, (XXV) SCIA, (XXVI) Sobradinho II, (XXVII) Jardim Botânico, (XXVIII) Itapoã, (XXIX) SIA, (XXX) Vicente Pires e (XXXI) Fercal.

Ao final, a amostra resultou em um total de 19.894 observações que, dados os fatores de expansão amostrais, representam mais de 700.000 indivíduos, distribuídos nas 31 RAs do Distrito Federal. Sendo assim, os resultados têm representatividade para toda a população de cada RA e de todo o Distrito Federal.

¹⁰ As oportunidades de acesso à água, eletricidade e saneamento se referem, respectivamente, às questões 17, 18 e 19 da PDAD, parte B.

¹¹ Seguindo a metodologia de Dill e Gonçalves (2013), foram consideradas brancas as pessoas declaradas brancas e amarelas.

¹² Foram considerados apenas os casos com renda informada e positiva.

3. ESTIMAÇÃO E RESULTADOS PARA O IOH

Antes de apresentar os resultados do IOH, serão apresentados os resultados obtidos através da regressão logística, que indica a existência ou não de correlação entre um conjunto de características pessoais (circunstâncias) e o acesso a uma determinada oportunidade (bem/serviço/resultado). A tabela 1 apresenta os coeficientes e as razões de chance (*odds ratios*)¹³ para as quatro oportunidades consideradas neste estudo.

Apesar de nem todas as variáveis se mostrarem significativas para determinadas oportunidades, optou-se por preservá-las no modelo, de modo a seguir, da maneira mais fiel possível, os estudos realizados anteriormente. A estatística *Wald X²*, que testa a significância conjunta dos coeficientes, rejeita a hipótese de que estes sejam conjuntamente iguais a zero para todas as regressões.

Tabela 1 - Coeficientes estimados e *odds ratio* obtidos pela regressão logística, para cada oportunidade

	Energia		Água		Saneamento		Escola	
	Coef.	Odds Ratio	Coef.	Odds Ratio	Coef.	Odds Ratio	Coef.	Odds Ratio
Gênero	0,042	1,043	-0,046	0,955	-0,142	0,867	-0,146	0,864
Raça	0,112	1,119	0,138	1,148	0,313	1,367	0,191	1,211
Gênero da pessoa de referência	-1,193	0,303	-0,459	0,632	-0,512	0,599	0,116	1,123
Presença da mãe	0,080	1,083	-0,375	0,688	-0,191	0,826	0,409	1,506
Escolaridade da pessoa de referência	0,022	1,023	0,011	1,011	0,013	1,013	0,017	1,017
Log da renda	0,735	2,084	-0,132	0,877	0,254	1,289	0,231	1,259
Número de moradores	-0,041	0,960	-0,086	0,918	0,046	1,047	-0,006	0,994
Constante	1,257	3,515	5,220	184,854	1,184	3,267	0,419	1,520
Log pseudolikelihood	-23907,39		-81669,27		-146765,69		-155461,54	
Wald chi2	149,13		37,27		229,94		244,38	
Pseudo R2	0,07		0,01		0,03		0,03	

Fonte: PDAD 2013/Codeplan

Nota: Os coeficientes em negrito são significativos a 5% de confiança.

Os dados da tabela 1 mostram que, para eletricidade, o fato do responsável pelo domicílio ser do sexo masculino reduz em 70% as chances de acesso à esta oportunidade. De outra parte, o nível de escolaridade da pessoa de referência (quanto maior) aumenta as chances de acesso à energia, assim como rendas mais elevadas, chegando, neste caso, a uma diferença de 100%. As demais variáveis não mostraram resultado significativo. É importante destacar que, sendo a eletricidade uma oportunidade que está praticamente universalizada no DF (com taxas de cobertura acima de 99%), o modelo pode ter refletido casos muito específicos, tornando as conclusões pouco precisas.

Os resultados para saneamento¹⁴ mostraram que o sexo masculino, tanto da própria pessoa quanto da pessoa de referência, reduz as chances de acesso a esta oportunidade em 13% e 49%, respectivamente. De outro lado, aumentaram as chances de acesso a esta oportunidade: ter renda mais elevada (29%); ser branco (37%) e a escolaridade da pessoa de referência, embora em escala pequena (1,3% por nível de escolaridade). Contrariamente

¹³ A razão de chance (*odds ratio*) expressa a chance do valor de referência em relação à categoria comparativa, por exemplo, no IOH Saneamento, para característica "sexo", homem é a referência (1), então, se o coeficiente é negativo (-0,077), temos que as chances de um homem ter acesso ao saneamento básico é 7,4% menor do que uma mulher. Para se chegar a este valor, basta reduzir 1 do valor obtido na razão de chance (1 - 0,926 = 0,074).

¹⁴ Considerou-se, neste estudo, como domicílio com acesso ao saneamento adequado, aqueles ligados à rede geral de esgoto ou com fossa séptica.

ao esperado, um número maior de moradores no domicílio também aumenta as chances de acesso ao esgotamento adequado (4,7%).

Identificou-se que determinadas circunstâncias implicam na redução de acesso à água tratada nas seguintes proporções: o sexo da pessoa de referência (37% para o sexo masculino), a presença da mãe (31%), a renda (12% para um aumento de 1% na renda) e a quantidade de moradores (12% para cada morador a mais). Os resultados para a presença da mãe e para renda são diferentes do esperado, o que pode estar relacionado à existência de moradias em áreas não regularizadas, onde os serviços públicos não chegam. Muitos condomínios no DF (de baixo e de alto padrão) fazem uso de poços artesianos para captação de água. Por sua vez, o nível de escolaridade da pessoa de referência (quanto maior) aumenta a probabilidade de acesso à água tratada, embora em escala muito reduzida (1%).

Finalmente, para a oportunidade referente à escola (defasagem idade-ciclo), o modelo se mostra bastante aderente. As chances de frequência do ciclo em idade correta são maiores para os autodeclarados brancos (21%) e para os casos em que há presença da mãe (51%). A renda e o nível de escolaridade da pessoa de referência também aumentam as chances de acesso a esta oportunidade. De outra parte, ser do sexo masculino reduz as chances da pessoa estar no ciclo correto em 13%.

A tabela 2 apresenta os resultados do Índice de Oportunidade Humana calculado para o Distrito Federal como um todo. Para uma melhor visualização do índice, os resultados foram multiplicados por 100, de modo a fazê-lo variar de 0 a 100, ao invés de 0 a 1. A interpretação, todavia, segue a mesma. Os resultados apontam que o Distrito Federal apresenta um elevado IOH Geral (a média dos quatro índices de oportunidade): 94,6. Da mesma maneira, todas as oportunidades apresentam IOHs elevados: eletricidade (99,0); água (96,1); escolaridade (91,9) e saneamento (91,5). Importa destacar, no entanto, que a PDAD não levanta dados para a população rural, fator que pode ter contribuído para o alcance de índices tão elevados. Corroborar esta hipótese os achados de Barros *et.al.*, no qual observou-se que:

“el la área de residència están entre los dos factores más importantes para explicar la desigualdad de oportunidades em 17 países em el caso acceso a agua, em 15 países em el caso de saneamento, y em 14 países em el caso a la eletricidade” (2008, p.27).

Da mesma forma, o trabalho de Dill e Gonçalves (2012), que utilizou dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) para gerar o IOH para o Brasil, comparando os anos de 1999 e 2009, evidenciou que residir em área urbana aumentava a chance de o indivíduo ter acesso a todos os serviços por eles analisados (acesso à água tratada, ao saneamento adequado, à eletricidade e à conclusão do sexto ano em idade correta). Em estudo posterior, também utilizando os dados da PNAD para o ano de 2009, Dill e Gonçalves (2013) calcularam o IOH para as unidades da Federação. Foi identificado que o Distrito Federal teve um bom desempenho no IOH, alcançando 79,18 pontos, valor que o colocou atrás apenas de Rio de Janeiro (79,29) e São Paulo (79,93), com uma variação inferior a um ponto (0,75) em relação ao melhor resultado.

Considerando que a PDAD não coleta dados de áreas rurais e que as fontes de dados e as metodologias empregadas diferem, os resultados ora analisados não podem ser diretamente comparados aos achados de Dill e Gonçalves, 2013. No entanto, é relevante observar que, assim como identificado no estudo para os estados brasileiros, foram identificados bons resultados para as oportunidades vivenciadas no DF. No ano de 2013, considerando dados da PDAD, o IOH para acesso à água tratada foi de 96,1 pontos; o IOH

idade-ciclo de 91,9 pontos; o IOH saneamento de 91,5 pontos¹⁵, e o índice para eletricidade permaneceu praticamente estável em 99 pontos, o que destaca a universalização da eletricidade no DF.

Não obstante, apesar dos bons resultados do IOH para o Distrito Federal como um todo, as Regiões Administrativas apresentam importantes diferenças entre si, afetando o acesso às oportunidades consideradas neste trabalho. Assim, apesar de o local de nascimento não depender de escolhas pessoais, acaba por afetar as oportunidades vivenciadas pelos indivíduos. Por exemplo, é muito provável que uma criança nascida no SCIA\Estrutural (RA de mais baixa renda no DF) não tenha as mesmas oportunidades de acesso a bens e serviços se comparada a uma criança nascida em Brasília/Plano Piloto. Neste sentido, espera-se que as dissimilaridades aumentem quando considerada a localização (adição ao modelo de variáveis binárias para cada RA).

Conforme observa-se na tabela 2, quando incluídas as RAs de moradia, a taxa de dissimilaridade aumentou para todas as oportunidades analisadas, chegando a uma variação de 71,8% para água tratada e 53,1% para o saneamento. Consequentemente, houve piora nos IOHs: queda de 1,4% para saneamento; 0,9% para água; 0,3% para defasagem idade-ciclo; 0,1% para eletricidade e 0,6% no IOH Geral. Esses resultados demonstram ser de extrema relevância a consideração das diferenças espaciais nas análises conduzidas para o Distrito Federal.

Considerando que o DF possui, como característica peculiar, um elevado número de moradias, de baixo e alto padrão, que fazem uso de fossa séptica, o modelo de análise comparou duas situações distintas. Na primeira, a oportunidade *saneamento adequado* englobou apenas os domicílios com acesso à rede geral de esgoto. Na segunda, a fossa séptica também foi considerada como adequada. A tabela 2 apresenta as diferenças entre as duas condições analisadas. Quando considera-se apenas a rede geral de esgotamento o IOH saneamento tem uma redução de 16,4 pontos; a taxa de cobertura de saneamento diminui 13% e a dissimilaridade de acesso ao saneamento aumenta 5,7 pontos. Observa-se assim, um impacto relevante no Índice de Oportunidade Humana, pois quando a fossa séptica não é considerada como esgotamento adequado, o IOH Geral tem redução de 4,1 pontos.

O Anexo I traz, para as 31 RAs do DF, resultados relativos ao saneamento, considerando adequado apenas o esgotamento via rede geral. Os dados são ilustrativos, em especial para determinadas RAs, como Lago Norte, Park Way, Sobradinho II, Jardim Botânico, Vicente Pires e Fercal, nas quais as diferenças nas taxas de cobertura de saneamento se alteram de forma drástica quando consideradas também as fossas sépticas como adequadas. Em Vicente Pires, por exemplo, ela passa de 2,3% para 86,7%; no Jardim Botânico, de 14,5% para 85,9% e no Lago Norte, de 61,5 para 92,2%.

Esses dados são indícios importantes da necessidade de investimentos governamentais continuados na área de saneamento básico no Distrito Federal, pois há uma quantidade considerável de moradias que ainda não contam com a rede geral - forma mais segura para descarte de esgoto. É também de grande relevância o desenvolvimento de estudos que aprofundem as análises sobre a qualidade e as deficiências do saneamento básico no Distrito Federal. Há que se considerar e problematizar questões relacionadas à dicotomia universalização *versus* soluções individuais, em especial, para áreas de baixo adensamento populacional, onde grandes investimentos em infraestrutura para instalação da rede geral podem revelar uma relação custo benefício menos interessante, em comparação a soluções alternativas. Não obstante, tal discussão deverá pautar-se nos

¹⁵ Destaca-se que esta variação é menor considerando-se como esgotamento adequado apenas rede geral de esgoto, neste caso, o IOH saneamento do DF seria de 75,1 pontos em 2013.

possíveis impactos ambientais causados pela não utilização de rede geral de esgoto e água, que possam implicar em agravos à saúde e à qualidade de vida da população.

Tabela 2 - Mensuração do IOH, Taxa de Cobertura e Índice de Dissimilaridade segundo Inclusão e não inclusão da RA no Modelo

Indicador	Somente Rede Geral			Rede Geral + Fossa Séptica		
	Com RA	Sem RA	Variação	Com RA	Sem RA	Variação
IOH Eletricidade	99,0	99,1	-0,1%	99,0	99,1	-0,1%
IOH Água	96,1	96,9	-0,9%	96,1	96,9	-0,9%
IOH Saneamento	75,1	80,6	-6,8%	91,5	92,8	-1,3%
IOH Idade-Ciclo	91,9	92,1	-0,3%	91,9	92,1	-0,3%
IOH Geral	90,5	92,2	-1,8%	94,6	95,2	-0,6%
Cobertura Eletricidade	99,3	99,3
Cobertura Água	97,3	97,3
Cobertura Saneamento	81,9	93,9	...	-12,8%
Cobertura Idade-Ciclo	93,3	93,3
Cobertura Geral	93,0	96,0
Dissimilaridade Eletricidade	0,4	0,2	58,5%	0,4	0,2	58,5%
Dissimilaridade Água	1,2	0,3	254,8%	1,2	0,3	254,8%
Dissimilaridade Saneamento	8,2	1,6	425,2%	2,5	1,2	113,4%
Dissimilaridade Idade-Ciclo	1,6	1,3	18,9%	1,6	1,3	18,9%
Dissimilaridade Geral	2,9	0,9	226,9%	1,4	0,8	83,4%

Notas: a) (...) não há alteração de valor; b) o valor (-12,8) refere-se à variação % da cobertura saneamento considerando apenas rede geral e considerando rede geral ou fossa séptica

Buscando aprofundar a análise das oportunidades dentro do Distrito Federal, foram calculados os IOHs das Regiões Administrativas, gerando índices para cada uma das quatro oportunidades estudadas (eletricidade, água, saneamento e escolaridade), além do índice geral, que é a média destes quatro itens.

A dissimilaridade observada entre as diferentes RAs do Distrito Federal não apresentou a mesma variabilidade observada entre os estados brasileiros (Dill e Gonçalves, 2013). Esta situação se explica pelo fato de as RAs possuírem uma espacialidade pequena, refletindo, na maioria dos casos, em grande homogeneidade interna. Dada sua grandeza territorial, os estados, por sua vez, apresentam uma homogeneidade menor. É esperado, portanto, que as dissimilaridades sejam menores no caso das RAs, sendo o acesso aos bens e serviços mais similar dentro de cada Região Administrativa. Conforme apontou o estudo de Dill e Gonçalves (2013), a menor dissimilaridade geral entre os estados brasileiros foi de 4,22 (Goiás e Rio Grande do Sul), chegando a 10,55 (Acre), configurando uma variação de 6,33 pontos. Já no Distrito Federal, o menor valor para a dissimilaridade geral foi de 0,1 (Sudoeste/Octogonal) e o maior de 3,5 (Jardim Botânico), ou seja, uma variação de 3,4 (tabela 03).

Tabela 3 - Índice de Oportunidades Humana, Dissimilaridade Geral e Cobertura Geral, por Região Administrativa do DF

Nº da RA	Região Administrativa	IOH Geral	Dissimilaridade Geral	Cobertura Geral
31	Fercal	78,3	2,5	80,2
27	Jardim Botânico	86,2	3,6	89,1
26	Sobradinho II	87,6	2,6	89,9
25	SCIA/Estrutural	89,3	1,9	91,0
5	Sobradinho	90,5	2,7	92,9
18	Lago Norte	92,0	2,7	94,5
14	São Sebatião	92,4	1,9	94,2
30	Vicente Pires	92,8	2,1	94,7
28	Itapoã	93,3	1,1	94,3
9	Ceilândia	94,3	1,2	95,4
7	Paranoá	94,3	1,4	95,6
24	Park Way	94,4	0,9	95,3
6	Planaltina	94,5	1,3	95,7
15	Recanto das Emas	95,3	0,9	96,2
13	Santa Maria	95,8	1,0	96,7
4	Brazlândia	95,9	1,0	96,8
2	Gama	96,0	1,0	97,0
8	Núcleo Bandeirante	96,5	1,0	97,5
10	Guará	96,7	0,9	97,6
19	Candangolândia	96,9	1,0	97,9
20	Águas Claras	96,9	0,9	97,8
21	Riacho Fundo II	97,0	0,9	97,8
17	Riacho Fundo	97,1	0,6	97,6
23	Varjão	97,2	0,8	98,0
12	Samambaia	97,7	0,4	98,1
3	Taguatinga	97,9	0,5	98,4
29	SIA	98,4	0,4	98,8
1	Brasília/Plano Piloto	98,7	0,4	99,1
16	Lago Sul	98,8	0,4	99,2
11	Cruzeiro	99,1	0,3	99,3
22	Sudoeste/Octogonal	99,8	0,1	99,9

Fonte: PDAD 2013/Codeplan

Não obstante, deve-se estar atento ao fato de que uma determinada RA apresentar dissimilaridade menor, se comparada a outra, não quer dizer que sua situação seja necessariamente melhor. Por exemplo, se a cobertura de saneamento é baixa dentro de uma determinada RA, isso quer dizer que um grande número de pessoas não tem acesso à esta oportunidade. Como a situação de privação é semelhante para todos, a dissimilaridade será baixa, o que não quer dizer que a situação desta RA seja boa no que se refere ao saneamento. Da mesma forma, podem haver casos em que uma RA possua um amplo acesso à uma determinada oportunidade, como a água tratada, mas com uma alta desigualdade associada ao acesso. Um exemplo seria uma RA onde 95% da população têm acesso à água tratada, mas que os 5% das pessoas que não acessam a oportunidade sejam todos negros e pobres. Nesta situação, olhar somente a taxa de cobertura não apontaria um problema grave da região. Ao considerar a dissimilaridade, entretanto, o cenário muda.

Feitas essas observações iniciais, destaca-se que, de uma maneira geral, os IOHs do Distrito Federal são altos, especialmente se comparados aos estados brasileiros, o que pode indicar que o DF apresenta, em média, melhores oportunidades à população, estando elas mais bem distribuídas. Neste sentido, observou-se que o menor IOH Geral para o Brasil foi de 60,2 (Acre), enquanto em Brasília, o pior resultado foi, consideravelmente, superior: 78,6 (Fercal). Por sua vez, o melhor resultado para o Brasil foi de 79,9 (São Paulo), enquanto no DF ele chegou a 99,8 (Sudoeste/Octogonal), ou seja, uma situação de acesso e igualdade de oportunidade quase perfeita.

Outro ponto a considerar refere-se ao fato de que, embora apenas quatro das 31 RAs do Distrito Federal tenham apresentado IOH abaixo de 90, determinadas Regiões de elevado padrão de vida, como o Jardim Botânico e o Lago Norte, estão entre aquelas que apresentaram os piores resultados. Elas ocuparam a segunda e a sexta piores colocações (IOHs de 86,2 e 92,0, respectivamente), posições inferiores a outras RAs, cujas condições socioeconômicas e de infraestrutura urbana são reconhecidamente menos desenvolvidas, como é o caso do Varjão, que apresentou o oitavo melhor IOH Geral (97,2).

A hipótese que pode justificar um resultado contra intuitivo como este, passa por dois aspectos principais. O primeiro é o fato de que Jardim Botânico e Lago Norte apresentaram, também, os maiores índices de dissimilaridade: 3,6 e 2,7, respectivamente¹⁶. Isto indica que nem todas as pessoas que vivem nestas Regiões Administrativas conseguem acessar as oportunidades disponíveis da mesma maneira. Ou seja, características como cor/raça, frequentar escola em idade correta, renda familiar e a quantidade de filhos de até 17 anos na família são características exógenas, que influenciam negativamente o Índice de Oportunidade obtidos pelo Jardim Botânico e Lago Norte, ainda que suas Taxas de Cobertura Geral, para as oportunidades analisadas, não sejam baixas: 89,1 e 94,5 respectivamente.

Ainda neste sentido, o fato de o modelo de estudo ter considerado apenas pessoas abaixo de 17 anos pode ter gerado uma super-representação dos pobres em algumas RAs, como o Lago Norte. É possível que esta seja uma região na qual os ricos têm muito menos filhos que a média, ao passo que os pobres têm muito mais. Assim, a maior incidência de crianças pobres nessa região pode estar influenciando o resultado. Nas duas regiões foram localizados bolsões de pobreza onde se localizam estas famílias pobres, no Lago Norte a vizinhança do Paranoá e no Jardim Botânico a vizinhança de São Sebastião.

O segundo aspecto relaciona-se à ocupação do território do Distrito Federal. Conforme descreve Silva (2014), embora o DF tenha surgido tendo como base um plano urbanizador de cunho racionalista, que previa a criação de cidades satélites apenas após a ocupação do Plano Piloto, o grande fluxo de pessoas abreviou o surgimento de núcleos periféricos destinados às famílias de baixa renda. Nos anos compreendidos entre 1960 e 1970, outras áreas foram sendo ocupadas, seguindo demandas emergenciais, sem a existência de planejamentos prévios, a exemplo de Taguatinga, Sobradinho e Núcleo Bandeirante. Entre meados das décadas de 1970 e 1980, a ocupação do DF foi marcada pelo adensamento e expansão das cidades existentes, mediante manutenção do polinucleamento inicial e de cinturões ambientais, além da intensificação da ocupação em loteamentos precários.

Nos anos finais da década de 1980, teve início uma fase de explosão demográfica; distribuição de lotes propiciando o surgimento de novas cidades como Santa Maria e Recanto das Emas e, também, de proliferação de loteamentos clandestinos, satisfazendo

¹⁶ Além destas, apenas outras quatro regiões apresentaram dissimilares acima de 2 pontos, quais sejam: Fercal, Vicente Pires, Sobradinho e Sobradinho II.

interesses daqueles que não foram beneficiados pela distribuição de lotes públicos. Neste sentido, Silva (2014) destaca ainda que:

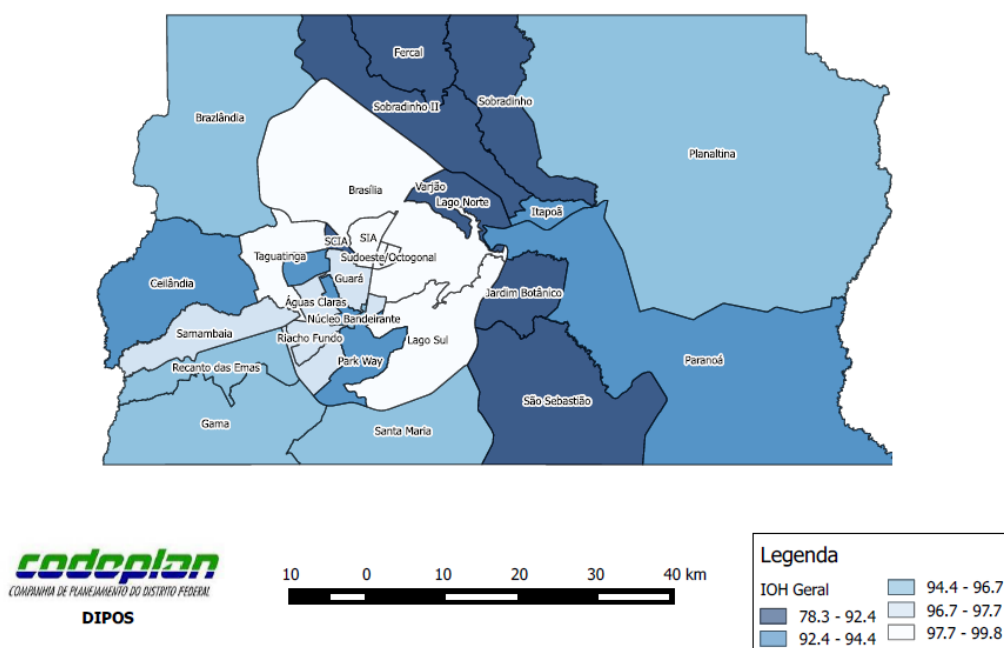
*“De acordo com o Diagnóstico Preliminar dos Parcelamentos Urbanos Informais no DF, publicado em 2006, (...) 24% de toda a população do DF mora em assentamentos urbanos informais. Nem todos esses assentamentos, no entanto, estão caracterizados pelo interesse social: **31% dessa população é constituída por habitantes de renda média e alta, que moram em 40% desses assentamentos (GDF, 2006)**”¹⁷ [grifo próprio].*

Embora o provimento de energia elétrica esteja próximo da universalização, e o de água tratada tenha um alcance razoavelmente elevado no DF, uma grande parte (cerca de 10%)¹⁸ das residências situadas em condomínios (áreas irregulares ou já regularizadas – de padrão econômico alto ou baixo) ou, ainda, em locais de menor densidade populacional e ocupação mais antiga (como os Lagos Sul e Norte), não possui acesso à rede geral de esgoto, utilizando fossa séptica ou rudimentar. O saneamento é, portanto, uma oportunidade cuja limitação atinge áreas socioeconomicamente muito diferenciadas, impactando negativamente nos IOHs Gerais, o que explica parte do resultado das RAs do Lago Norte e Jardim Botânico.

A figura 2 apresenta um mapa da distribuição espacial do Índice de Oportunidade Humana Geral nas RAs do Distrito Federal. Destacam-se, em tom mais escuro, aquelas com os piores resultados, dentre as quais sobressaem: Fercal, Jardim Botânico, Sobradinho II e SCIA/Estrutural, todas com índice inferior a 92 pontos. De outra parte, dentre as RAs com melhores resultados, representadas em tons mais claros, estão: Riacho Fundo, Varjão, Samambaia, Taguatinga, SIA, Brasília/Plano Piloto, Lago Sul, Cruzeiro e Sudoeste/Octogonal, todas com índice acima de 97 pontos.

Figura 2 – Distribuição do IOH Geral para as Regiões Administrativas do DF

IOH Geral



Fonte: PDAD 2013/Codeplan

¹⁷ Silva, R. P. (2014, p. 71)

¹⁸ Dados da PDAD/2013, via Sistema de Informações Estatísticas e Geográficas Automatizado (SIGA), disponível no sítio da Codeplan.

A análise visual mostra uma faixa contínua no “eixo noroeste - sudeste do DF”, na qual, de maneira geral, os IOHs são mais baixos. Além disso, boa parte das RAs que circundam o centro de Brasília (a partir do Plano Piloto) mostram resultados bastante elevados, como SIA, Lago Sul, Cruzeiro e Sudoeste/Octogonal, Taguatinga, Águas Claras e Varjão. Todavia, existem alguns casos de RAs que estão muito próximas do centro de Brasília nas quais as diferenças de oportunidade são elevadas, como é o caso da SCIA/Estrutural.

Os anexos II e III apresentam os mapas para as Taxas de Cobertura Geral e Dissimilaridade Geral nas 31 Regiões Administrativas do DF.

Com o intuito de melhor verificar as diferenças dentro das RAs, a tabela 4 apresenta os IOHs; os índices de dissimilaridade e as taxas de cobertura para cada uma das oportunidades analisadas. De modo semelhante ao observado para os estados brasileiros, o acesso ao serviço eletricidade é bastante elevado, estando próximo ou acima de 90 em todas as RAs¹⁹. Esse fato reflete nos baixos índices de dissimilaridade que variou entre 0,02 (Itapoã) e 1,9 (SCIA/Estrutural), tendo sido nulo em outras 13 RAs, bem como da alta taxa de cobertura, próxima de 100%. Em geral, a água apresentou bons índices de igualdade no acesso em todas as RAs. Apenas cinco apresentaram IOH água abaixo de 90 (Jardim Botânico, Fercal, Sobradinho II e Lago Norte)²⁰. A maior parte das RAs apresentou IOHs acima de 95 pontos. Em sete delas (Candangolândia, Taguatinga, Cruzeiro, Lago Sul, Riacho Fundo, Sudoeste/Octogonal e SIA) o índice chegou a 100.

Com relação à defasagem idade-ciclo, embora cinco RAs tenham apresentado IOH inferior a 90, o índice variou entre 79,4 na Fercal e 99,2 no Sudoeste/Octogonal. As taxas de cobertura mais baixas foram de 81,6 na Fercal e de 84,4 no SCIA/Estrutural. A variação da dissimilaridade trouxe novamente um resultado diferente do esperado, uma vez que chegou a 3,8 no Lago Norte, enquanto no Sudoeste/Octogonal foi de apenas 0,4. Estes dados dão fortes indícios, como explicitado anteriormente, de que apesar de o Lago Norte ser uma RA com renda média alta, há em seu território um conjunto de pessoas com características que impactam fortemente na distribuição das oportunidades, implicando em maior dissimilaridade.

¹⁹ Apenas três RAs (Fercal, SCIA/Estrutural e Gama) apresentaram taxas de cobertura abaixo de 99%.

²⁰ Reitera-se a hipótese de que, assim como no caso do esgotamento sanitário, o grande número de residências em condomínios não regulares, tanto no Jardim Botânico quanto no Lago Norte, pode estar influenciando os dados relativos à água tratada. Para esta oportunidade considerou-se apenas a rede geral.

Tabela 4 - Índice de Oportunidades Humana, Índice de Dissimilaridade e taxa de cobertura para acesso à escola em idade correta (idade ciclo), eletricidade, saneamento, água, por Região Administrativa do DF

Nº RA	REGIÃO ADMINISTRATIVA	Eletricidade			Água Tratada			Defasagem Idade - Ciclo			Saneamento Adequado		
		IOH	Dissimilaridade	TX Cobertura	IOH	Dissimilaridade	TX Cobertura	IOH	Dissimilaridade	TX Cobertura	IOH	Dissimilaridade	TX Cobertura
1	Brasília/Plano Piloto	99,7	0,14	99,9	99,7	0,1	99,9	96,0	1,0	97,0	99,2	0,3	99,6
2	Gama	96,9	0,98	97,9	94,5	1,0	95,5	94,9	1,3	96,2	97,7	0,6	98,3
3	Taguatinga	100,0	0,00	100,0	100,0	0,0	100,0	93,3	1,4	94,6	98,4	0,5	99,0
4	Brazlândia	99,1	0,44	99,5	91,9	1,7	93,5	92,6	1,7	94,2	100,0	0,0	100,0
5	Sobradinho	98,5	0,67	99,1	89,7	2,4	91,9	90,9	1,3	92,1	82,9	6,4	88,6
6	Planaltina	99,6	0,17	99,8	97,2	1,2	98,4	89,3	1,6	90,8	91,8	2,0	93,7
7	Paranoá	100,0	0,00	100,0	95,4	1,6	96,9	90,5	1,4	91,8	91,3	2,7	93,8
8	Núcleo Bandeirante	100,0	0,00	100,0	98,8	0,6	99,4	91,2	2,0	93,1	96,0	1,5	97,5
9	Ceilândia	98,6	0,48	99,1	97,6	0,6	98,2	93,3	1,1	94,3	87,5	2,5	89,8
10	Guará	99,4	0,28	99,7	98,3	0,7	99,0	93,2	1,6	94,8	96,0	0,8	96,9
11	Cruzeiro	100,0	0,00	100,0	100,0	0,0	100,0	96,2	1,1	97,3	100,0	0,0	100,0
12	Samambaia	100,0	0,00	100,0	99,2	0,3	99,5	93,4	0,5	93,9	98,0	0,8	98,8
13	Santa Maria	100,0	0,00	100,0	97,6	0,8	98,4	93,5	1,1	94,5	91,9	2,2	94,0
14	São Sebastião	98,2	0,92	99,1	94,0	1,3	95,2	90,7	1,3	91,9	86,7	4,2	90,5
15	Recanto das Emas	98,4	0,57	99,0	97,6	0,8	98,4	87,2	1,9	88,9	98,0	0,5	98,6
16	Lago Sul	100,0	0,00	100,0	100,0	0,0	100,0	95,2	1,7	96,8	100,0	0,0	100,0
17	Riacho Fundo	100,0	0,00	100,0	100,0	0,0	100,0	96,5	1,0	97,4	91,8	1,4	93,1
18	Lago Norte	99,0	0,49	99,5	89,1	2,8	91,7	91,0	3,8	94,6	88,9	3,6	92,2
19	Candangolândia	99,0	0,45	99,5	100,0	0,0	100,0	95,1	1,6	96,6	93,5	2,2	95,5
20	Águas Claras	99,5	0,13	99,6	98,3	0,5	98,8	96,9	0,9	97,8	92,9	2,3	95,1
21	Riacho Fundo II	100,0	0,00	100,0	97,5	0,9	98,3	92,9	1,8	94,6	97,6	0,8	98,3
22	Sudoeste/Octogonal	100,0	0,00	100,0	100,0	0,0	100,0	99,2	0,4	99,5	100,0	0,0	100,0
23	Varjão	98,9	0,42	99,3	99,4	0,2	99,7	91,9	2,1	93,9	98,6	0,5	99,2
24	Park Way	99,1	0,43	99,6	98,3	0,8	99,1	96,7	1,2	97,8	83,6	1,0	84,5
25	SCIA/Estrutural	90,6	1,90	92,4	90,4	2,0	92,3	83,0	1,6	84,4	93,0	2,1	95,0
26	Sobradinho II	99,1	0,46	99,5	85,2	2,7	87,5	90,4	2,2	92,5	75,9	5,0	79,9
27	Jardim Botânico	100,0	0,00	100,0	69,8	4,9	73,4	95,9	1,5	97,3	79,1	7,9	85,9
28	Itapoã	100,0	0,02	100,0	96,7	0,4	97,0	82,9	2,6	85,1	93,7	1,5	95,2
29	SIA	100,0	0,00	100,0	100,0	0,0	100,0	93,7	1,5	95,1	100,0	0,0	100,0
30	Vicente Pires	100,0	0,00	100,0	95,2	1,1	96,3	94,3	1,5	95,7	81,8	5,6	86,7
31	Fercal	96,4	1,17	97,6	84,4	2,4	86,4	79,4	2,6	81,6	53,2	3,8	55,3

Fonte: PDAD 2013/Codeplan

Dentre as quatro oportunidades analisadas, seguindo a tendência observada no estudo para os estados brasileiros, a que mais evidencia limitações é o saneamento. As taxas de cobertura são mais baixas, se comparadas com às oportunidades anteriormente tratadas. Neste caso, sete RAs apresentaram taxas de cobertura menores que 90%, sendo que na Fercal, ela foi de apenas 55,3%. O pior IOH (53,2) também foi registrado na Fercal, seguida por Sobradinho II (75,9%). Como no caso da água, o índice de dissimilaridade variou consideravelmente, porém, de modo ainda mais intenso. A maior dissimilaridade chegou a 7,9 no Jardim Botânico, enquanto foi nula em cinco outras RAs: Brasilândia, SIA, Lago Sul, Cruzeiro e Sudoeste/Octogonal.

4. CONCLUSÕES

Este estudo buscou identificar a existência de desigualdades socialmente injustas no Distrito Federal, ou seja, aquelas ligadas às circunstâncias imputadas aos indivíduos e que, portanto, estão além de sua governabilidade. Para tanto, seguiu-se a metodologia de construção do Índice de Oportunidades Humanas (IOH), conforme proposto por Barros *et al.* (2008), além de contextualizar os resultados obtidos por meio da análise dos dados da PDAD 2013, com os achados do estudo de Dill e Gonçalves (2013), para os estados brasileiros.

Como principais resultados, destacam-se o fato da localidade influenciar, de modo significativo, o Índice de Oportunidade Humana para a população do Distrito Federal. Ou seja, o fato de residir em uma determinada RA implica em menor ou maior chance de uma pessoa acessar a um determinado bem ou serviço. Além disso, embora os valores médios dos IOHs do DF sejam bastante elevados, em comparação aos demais estados do Brasil, a desigualdade é considerável. Nos extremos, a Fercal, que apresentou os piores resultados relativos ao Índice de Oportunidade Humana, foi a última colocada em três das quatro oportunidades analisadas, à exceção da água tratada, para qual apresentou a segunda pior colocação, e o Sudoeste/Octogonal, que sobressaiu com os melhores resultados nos índices das quatro oportunidades analisadas, com IOH Geral de 99,8.

Entre as quatro oportunidades analisadas (acesso à água tratada, à eletricidade, a saneamento básico adequado e à escola em idade correta) aquela que apresentou os melhores resultados, seguindo tendência nacional, foi a eletricidade. O DF está próximo de uma taxa de cobertura de 100%, refletindo na quase ausência de desigualdade de acesso a este serviço.

Salienta-se, também, que alguns resultados se mostraram aderentes ao observado na literatura como, por exemplo, possuir renda mais elevada, ser branco e possuir pessoa de referência com maior escolaridade aumentaram as chances de acesso ao saneamento adequado. Com relação à defasagem idade-ciclo, as chances de frequência à escola em idade correta são maiores para os autodeclarados brancos; quando há presença da mãe (51%), e quando aumenta a renda e o nível de escolaridade da pessoa de referência.

Este estudo demonstrou, ainda, tal como o trabalho de Dill e Gonçalves (2013), que o saneamento é a oportunidade que merece maior atenção no Distrito Federal, por ter apresentado o menor valor entre as quatro oportunidades observadas: 53,2 na Região Administrativa Fercal.

Inspirados na proposição Rawlsiana de que:

“a prioridade da oportunidade equitativa, assim como no caso paralelo da prioridade da liberdade, significa que devemos ficar atentos às oportunidades dos que têm menos oportunidades. Devemos lhes garantir uma gama mais ampla de alternativas mais desejáveis do que seria o caso em outra situação” (Rawls, 1971 – tradução de 1997 – p. 332).

Espera-se com este trabalho, ter contribuído para a identificação das Regiões Administrativas e grupos populacionais que necessitam de políticas públicas, no sentido da redução das desigualdades de acesso às oportunidades, equalizando, conseqüentemente os resultados individuais alcançados pelos membros da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Laís. **"Perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas"**. Ministério do Trabalho e Emprego, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise (2004): 17-21.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. **"Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável"**. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2000, vol.15, n.42, pp. 123-142. ISSN 0102-6909.
- BARROS, Ricardo Paes de; FERREIRA, Francisco. H. G; VEGA, José. R. M e CHANDUVI, Jaime Saavedra. **"Mediando la Desigualdad de Oportunidades en la América Latina y el Caribe"**. Banco Mundial (2008).
- DILL, Helena Cristina, e GONÇALVES, Flávio de Oliveira. **"Igualdade de oportunidade no Brasil entre 1999 e 2009: estimação e decomposição através do valor de Shapley"**. *Pesquisa e Planejamento Econômico* 42.2 (2012).
- DILL, Helena Cristina, e Flávio de Oliveira Gonçalves. **"Igualdade de oportunidade entre os estados brasileiros: uma análise microeconômica com base nos dados da PNAD 2009"**. *Nova Economia* 23.2 (2013): 307-328.
- FIGUEIREDO, Erik Alencar de, SILVA, Cleiton Roberto da Fonseca, e REGO, Herbert de Oliveira. **"Desigualdade de oportunidades no Brasil: efeitos diretos e indiretos"**. *Economia Aplicada* 16.2 (2012): 237-254.
- JUNKES, S. L: **"A justiça social como norma constitucional"** (2005). Disponível em: (http://www.tre-sc.jus.br/site/resenha-eleitoral/edicoes-impresas/integra/arquivo/2012/junho/artigos/a-justica-social-como-norma-constitucional/index0f53.html?no_cache=1&cHash=21576a246fa35df7c1bd86f01d56bfea)
- LIMA, Márcia. **"Raça e pobreza em contextos metropolitanos"**. *Tempo soc.* [online]. 2012, vol.24, n.2, pp. 233-254. ISSN 0103-2070.
- NERI, Marcelo. **"A nova classe média: o lado brilhante dos pobres"**. *Rio de Janeiro: FGV* (2010).
- NERI, M., and P. H. C. F. Souza. **"A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda"**. *Ipea: Brasília* (2012).
- Organização das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Onu-Habitat). **"Estado de las Ciudades de América Latina y el Caribe 2012. Rumbo a una nueva transición urbana"**. HS/053/12S; ISBN Series 978-92-1-133397-8 e ISBN Volume 978-92-1-132469-3 (2012).
- Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. **"Informe Regional sobre desarrollo para América Latina e o Caribe 2010: actuar sobre el futuro romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad"**. Iffi ed. – San José, C.R.: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), 2010.
- Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. **"Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar as Resiliências"**. ISBN 978-92-1-626023-1 e ISBN 978-92-1-056669-8 (PNUD), 2014.
- RAWLS, J. **"A theory of justice"**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

RAWLS, John. "**Justiça como equidade: uma reformulação**". Martins Fontes, tradução de Claudia Berliner. São Paulo, 2003.

SILVA, Roberta Pereira. "**Urbanização de favelas e o direito à cidade: referências de análise pela experiência da Vila DNOCS, no Distrito Federal**" – Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Orientador: Benny Schvarsberg, julho de 2014.

SOUZA, Pedro Ferreira de RIBEIRO, Carlos Antônio Costa, e CARVALHAES, Flávio. "**Desigualdade de Oportunidades no Brasil Considerações sobre classe, educação e raça**". Revista brasileira de Ciências Sociais 25.73 (1998).

ANEXOS

Anexo I

Tabela X – Resultados para saneamento, considerada apenas a rede geral, por Região Administrativa do DF

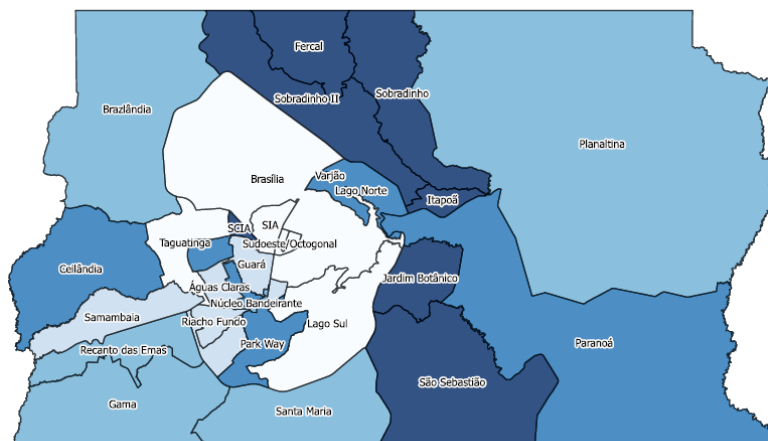
Nº RA	Região administrativa	<i>TX Cob Saneamento (rede geral + Fossa Séptica)</i>	TX Cob Saneamento	TX Cob Geral	Dissim. Saneamento	Dissim. Geral	IOH Sanamento	IOH Geral
1	Brasília/Plano Piloto	99,6	98,1	98,7	0,8	0,5	97,3	98,2
2	Gama	98,3	91,5	95,3	2,2	1,4	89,5	94,0
3	Taguatinga	99,0	96,9	97,9	1,1	0,6	95,8	97,3
4	Brazlândia	100,0	86,0	93,3	1,7	1,4	84,5	92,0
5	Sobradinho	88,6	74,3	89,4	10,1	3,6	66,8	86,5
6	Planaltina	93,7	76,8	91,4	4,5	1,9	73,4	89,9
7	Paranoá	93,8	93,8	95,6	2,7	1,4	91,3	94,3
8	Núcleo Bandeirante	97,5	92,1	96,1	3,5	1,5	88,9	94,7
9	Ceilândia	89,8	76,6	92,1	6,1	2,1	71,9	90,4
10	Guará	96,9	93,6	96,7	1,8	1,1	91,9	95,7
11	Cruzeiro	100,0	100,0	99,3	0,0	0,3	100,0	99,1
12	Samambaia	98,8	97,0	97,6	1,1	0,5	96,0	97,1
13	Santa Maria	94,0	89,9	95,7	3,1	1,2	87,2	94,6
14	São Sebastião	90,5	88,3	93,6	3,9	1,9	84,8	91,9
15	Recanto das Emas	98,6	91,6	94,5	0,5	0,9	91,2	93,6
16	Lago Sul	100,0	88,4	96,3	3,3	1,2	85,5	95,2
17	Riacho Fundo	93,1	87,5	96,2	2,9	1,0	84,9	95,4
18	Lago Norte	92,2	61,5	86,8	23,5	7,7	47,0	81,5
19	Candangolândia	95,5	94,5	97,6	3,2	1,3	91,5	96,4
20	Águas Claras	95,1	75,1	92,8	5,1	1,7	71,2	91,5
21	Riacho Fundo II	98,3	94,2	96,8	1,7	1,1	92,6	95,8
22	Sudoeste/Octogonal	100,0	100,0	99,9	0,0	0,1	100,0	99,8
23	Varjão	99,2	98,5	97,9	0,7	0,9	97,8	97,0
24	Park Way	84,5	14,7	77,8	26,3	7,2	10,8	76,2
25	SCIA/Estrutural	95,0	91,9	90,2	2,3	2,0	89,8	88,5
26	Sobradinho II	79,9	40,6	80,1	9,5	3,7	36,8	77,9
27	Jardim Botânico	85,9	14,5	71,3	24,6	7,7	10,9	69,2
28	Itapoá	95,2	86,8	92,2	5,2	2,1	82,3	90,4
29	SIA	100,0	98,8	98,5	0,8	0,6	98,0	97,9
30	Vicente Pires	86,7	2,3	73,6	37,8	10,1	1,5	72,7
31	Fercal	55,3	5,8	67,8	21,6	6,9	4,5	66,2

Fonte: PDAD 2013/Codeplan

Anexo II

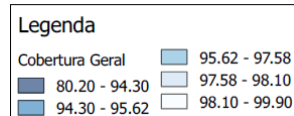
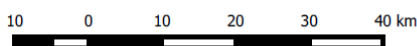
Figura 03 – Taxa de Cobertura Geral, por Região Administrativa do DF

Cobertura Geral (IOH)



DIPOS

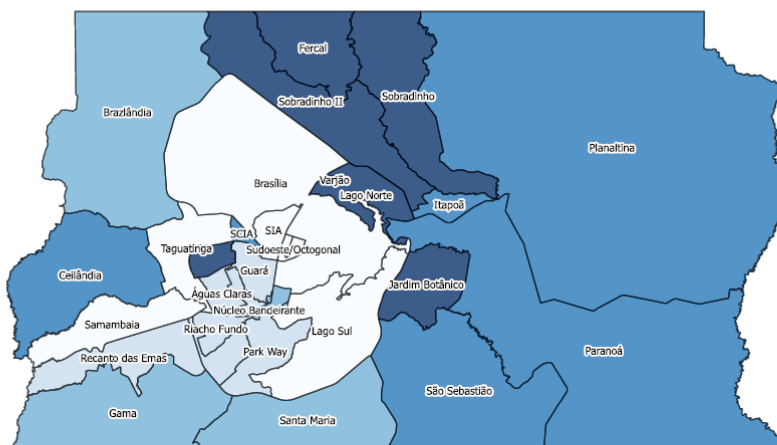
Fonte: PDAD 2013/Codeplan



Anexo III

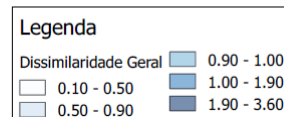
Figura 04 – Dissimilaridade Geral, por Região Administrativa do DF

Dissimilaridade Geral (IOH)



DIPOS

Fonte: PDAD 2013/Codeplan



Comitê Editorial

LUCIO RENNÓ
Presidente

ANTÔNIO FÚCIO DE MENDONÇA NETO
Diretor Administrativo e Financeiro

BRUNO DE OLIVEIRA CRUZ
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas

FLÁVIO DE OLIVEIRA GONÇALVES
Diretor de Estudos e Políticas Sociais

ALDO PAVIANI
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

Abimael Tavares da Silva
Gerente de Apoio Administrativo

Cárita da Silva Sampaio
Gerente de Demografia, Estatística
e Geoinformação

Cleimir Márcio Rodrigues
Gerente de Administração de Pessoal

Giuliana de Abreu Correa
Gerente de Estudos Regional e Metropolitano

Iraci Peixoto
Gerente de Pesquisas Socioeconômicas

Jamila Zgiet
Gerente de Estudos e Análises Transversais

Jusçanio Umbelino de Souza
Gerente de Contas e Estudos Setoriais

Keli Rodrigues de Andrade
Gerente de Estudos e Análises
de Proteção Social

Marcelo Borges de Andrade
Gerente de Tecnologia da Informação

Martinho Bezerra de Paiva
Gerente Administrativo e Financeiro

Mônica Soares Velloso
Gerente de Estudos Ambientais

Nilva Rios
Chefe da Assessoria de Comunicação

Sérgio Ulisses Silva Jatobá
Gerente de Estudos Urbanos

Revisão
Nilva Rios

Editoração Eletrônica
Maurício Suda

**Companhia de Planejamento
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br



**Secretaria de
Planejamento,
Orçamento e Gestão**



Governo do Distrito Federal